

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO PGJ N. 034/2022

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, na forma do Anexo deste Ato, o demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2022 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º DISPONIBILIZAR o referido Relatório, para amplo acesso ao público, no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Tocantins (DOE), Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins (Domp/TO) e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do *link*: <https://mpto.mp.br/transparencia/webdocs>.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de maio de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

ESTADO DO TOCANTINS
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2021 A ABRIL DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS														
	Maio/2021	Junho/2021	Julho/2021	Agosto/2021	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	Janeiro/2022	Fevereiro/2022	março/2022	Abril/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.376.504,32	14.114.384,82	14.853.194,95	14.919.207,27	13.504.581,52	13.774.726,61	14.194.357,58	22.179.948,57	15.269.266,69	14.342.990,17	13.792.663,87	19.756.633,68	186.078.460,05		
Pessoal Ativo	13.159.253,09	11.922.826,22	12.680.963,26	12.763.093,51	11.253.405,75	11.541.835,69	11.991.842,00	18.035.650,48	13.089.562,99	12.235.600,43	11.649.479,12	17.343.561,28	157.667.073,82		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.501.411,54	10.259.592,09	11.021.483,81	11.097.730,05	9.589.861,60	9.858.237,56	10.323.194,60	14.723.368,20	11.420.292,67	10.484.081,71	9.936.054,49	15.605.916,49	135.821.224,81		
Obrigações Patronais	1.657.841,55	1.663.234,13	1.659.479,45	1.665.363,46	1.663.544,15	1.683.598,13	1.668.647,40	3.312.282,28	1.669.270,32	1.751.518,72	1.713.424,63	1.737.644,79	21.845.849,01		
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.217.251,23	2.191.558,60	2.172.231,69	2.156.113,76	2.251.175,77	2.232.890,92	2.202.515,58	4.098.272,80	2.179.703,70	2.153.415,03	2.143.184,75	2.413.072,40	28.411.386,23		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.822.191,63	1.825.560,54	1.806.233,63	1.788.502,52	1.788.502,52	1.800.736,27	1.799.200,12	3.454.654,16	1.847.908,12	1.824.737,32	1.810.458,81	1.907.179,01	23.475.864,65		
Pensões	395.059,60	365.998,06	365.998,06	367.611,24	462.673,25	432.154,65	403.315,46	643.618,64	331.795,58	328.677,71	332.725,94	505.893,39	4.935.521,58		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.025,29	0,00	-46.025,29	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.224.897,16	2.235.276,41	3.604.587,54	3.578.059,84	2.186.812,69	2.305.886,49	2.889.557,90	4.461.952,20	1.547.093,84	4.243.101,69	2.231.799,63	7.631.835,12	39.140.860,51		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	26.838,22	43.820,42	1.407.628,13	1.393.869,99	0,00	102.787,37	709.158,83	1.955,09	1.547.093,84	26.688,10	18.682,85	5.413.131,83	10.691.654,67		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	11.756,45	829,54	8.259,26	0,00	0,00	0,00	0,00	16.974,36					37.819,61		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.186.302,49	2.190.626,45	2.188.700,15	2.184.189,85	2.186.812,69	2.203.099,12	2.180.399,07	4.443.022,75	0,00	4.216.413,59	2.213.116,78	2.218.703,29	28.411.386,23		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.151.607,16	11.879.108,41	11.248.607,41	11.341.147,43	11.317.768,83	11.468.840,12	11.304.799,68	17.717.996,37	13.722.172,85	10.099.888,48	11.560.864,24	12.124.798,56	146.937.599,54		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.781.006.735,49	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.572.920,77	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	10.778.433.814,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	146.937.599,54	1,36%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	215.568.676,29	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	204.790.242,48	1,90%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	194.011.808,66	1,80%

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 24/05/2022 às 10:36.

Nota 1 : Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As contribuições patronais referentes ao plano de saúde – **PLANSÁUDE** perfizeram um valor de **RS 729.114,30** (setecentos e vinte e nove mil, cento e quatorze reais e trinta centavos) e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidos pelo art.18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº894/12.

Nota 3: Foram incluídas em dezembro de 2021 as despesas não executadas orçamentariamente, conforme relatório de passivos patrimoniais no valor de 46.025,29.

Nota 4: Em fevereiro de 2022 as despesas não executadas orçamentariamente no valor de 46.025,29 foram regularizadas e excluídas do relatório de gestão fiscal do 1º quadrimestre de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
 Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
 Chefe do Departamento Financeiro

EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES
 Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
 Contador CRC- TO 0002749/0-0